

DISCURSO DE BOAS-VINDAS

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO RUI CUNHA

DR. RUI CUNHA

Exmo. Senhor Professor Rui Martins, Vice-Reitor da Universidade de Macau
Exmo. Senhor Professor Tong Io Cheng, Director da Faculdade de Direito da Universidade de Macau

Exmo. Senhor Dr. Liu De Xue, Director da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça de Macau

Exmo. Senhor Dr. Duarte Chagas, Representante do Director da Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos de Macau

Exma. Senhora Dra. Regina Ng, Representante do Presidente da Associação de Advogados de Macau

Exma. Senhora Dra. Catherine Lu, Representante do Galaxy Entertainment Group (AC)

Exmo. Senhor Professor Augusto Teixeira Garcia, Vice-Director da Faculdade de Direito

Exma. Senhora Vice-Directora Doutora Wei Dan, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Macau

Exmo. Senhor Professor Manuel Trigo, Director do Centro de Estudos Jurídicos, da Faculdade de Direito de Macau

Exmas. Autoridades presentes,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É sempre com acrescida satisfação que a Fundação Rui Cunha, se associa, já pelo sexto ano consecutivo, a este nobre e importante fórum académico, que em tudo enriquece o Direito de Macau.

Este ano e à semelhança do pretérito 2017, a Décima Primeira Conferência Internacional sobre as Reformas Jurídicas de Macau no Contexto Global, continuará a debater questões fulcrais do Direito do Jogo, designadamente a importantíssima temática das concessões e outras experiências de licenciamento de jogos.

A pouco mais de dois anos do fim de um dos contratos de concessão e a quatro dos restantes dois, eis que chega a hora de reunir, analisar, reflectir e decidir o que queremos e como queremos Macau nas próximas duas décadas.

Quase vinte anos depois da liberalização da indústria do jogo, Macau é um Território completamente distinto do que era.

Se por um lado, a Região cresceu e desenvolveu-se, transformando-se na líder, indiscutível, do sector a nível mundial;

Por outro lado, a economia do Território está, quer directa, quer indirectamente, muitíssimo dependente desta indústria, fazendo com que a tão ambicionada diversificação económica tarde em aparecer.

A isto acresce toda uma melhoria significativa da qualidade de vida dos residentes, em grande parte suportada pelas receitas do sector, e as quais ninguém deseja que diminuam.

Perante tudo isto, muitas são as questões às quais urge uma resposta, ainda antes da já tão falada mudança legislativa.

Qual o novo desenho para uma indústria que é o grande motor económico do Território?

Qual o futuro modelo de licenciamento de jogos que mais se coaduna com a presente realidade de Macau?

Deveremos continuar com o actual modelo de concessões?

E em caso afirmativo, qual o número limite para as mesmas?

Qual o futuro enquadramento jurídico das subconcessões?

Findas que estão as grandes infraestruturas e com o espaço físico disponível cada vez mais exíguo, que mudanças deverão ser introduzidas no regime das contrapartidas para os futuros concessionários?

Que estratégia adoptará o Governo para captar novos operadores, e qual o perfil pretendido?

Caso se opte pela mudança e se caminhe para um modelo de licenciamento, com que requisitos poderemos contar?

Em que medida um modelo de licenciamento satisfará toda a função social que presentemente as concessionárias cobrem?

E que função social será essa no futuro? Avançaremos para um maior investimento na educação e cultura dos residentes de Macau, contribuindo dessa forma para um crescente aumento de quadros locais de alto valor acrescentado?

No que à tão almejada diversificação económica diz respeito, será, efectivamente, possível atingi-la através deste novo modelo?

Numa indústria em permanente evolução, desenvolvimento e expansão, de que forma Macau responderá a todos os mercados concorrenenciais que pululam, um pouco por todo o sudeste asiático?

Proceder-se-á a uma revisão da tributação actualmente existente?

Que medidas utilizará o Governo, em qualquer um dos modelos a adoptar, dentro do sector, no sentido de captar, simultaneamente, investimentos culturais e económicos cada vez mais diversificados, por parte dos investidores?



No romper de uma nova era na exploração da indústria do jogo em Macau, importa, pois, encontrar respostas para estas e para muitas outras questões, sem perder, no entanto o móbil principal que a todos nos deve guiar: Continuar a fazer de Macau a região próspera, segura e apelativa, onde muitos desejem investir mas onde todos aspirem e gostem de viver!

Termino, convicto que, cumprindo a boa tradição que esta Conferência nos habituou, muitas serão as reflexões e conclusões a extrair das elevadas intervenções que durante estes dois dias por aqui passarão, contribuindo de forma indelével para uma frutuosa discussão jurídica e, consequentemente, para um cada vez melhor Direito de Macau!

Muito obrigado!